

DISCURSOS QUE SUSTENTAM A INVISIBILIDADE DA MULHER RURAL: UM PERCURSO DE ANÁLISE SOBRE A TRABALHADORA AGRÍCOLA

SPEECHES THAT SUPPORT THE INVISIBILITY OF RURAL WOMEN: ANALYSIS PATH ON THE RURAL WORKER

Adilson do Nascimento Gomes¹
Mestre em Linguística
(adilson_informativos@yahoo.es)

RESUMO: Holofotes foram lançados sobre as trabalhadoras agrícolas, em dois artigos de opinião veiculados no jornal impresso *Folha de São Paulo*, com a intenção de tirá-las da invisibilidade que a ausência de políticas públicas e o feminismo impõem sobre elas. Neles, Manuel Otelo, Diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, faz emergir a mulher rural nas relações de trabalho no campo e evidencia o quanto o trabalho feminino é desconsiderado e diminuído, assim como a sua importância na produção e na segurança alimentar no mundo. Esse apagamento consolidou e continua sedimentando desigualdades de gêneros em todas as esferas sociais. Assimetrias em diferentes graus de especificidades e situações sobrepujam as disparidades entre homens e mulheres, porém, essas trabalhadoras consolidam, com sua força de trabalho, o tecido de produção e economia nas regiões rurais do país. Os textos acabam por fazer emergir a discursivização da invisibilidade dessa mulher nas relações de trabalho no campo. Assim, considerando que historicamente a mulher é tutelada pelo homem, buscamos, neste estudo linguístico, compreender as coerções sociais que perpetuam as assimetrias e disparidades nas relações de trabalho entre os gêneros, naturalizando lugares inferiores e, por vezes, invisíveis às mulheres, nas relações produtivas e econômicas no campo.

Palavras chave: Discurso. Invisibilidade da Mulher Rural. Trabalhadora Agrícola.

ABSTRACT: Agricultural workers were under spotlights in two opinion articles published in the newspaper *Folha de São Paulo*, with the intention of removing them from the imposed invisibility caused by the absence of public policies and feminism. In both of them, Manuel Otelo, the general director of the Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture, makes rural women emerge in labor relations that take place in the countryside and shows how much female labor is disregarded and diminished, as also is its importance for the production and food security in the world. This erasure has caused and continues to cause the establishment of gender inequalities in all social spheres. Asymmetries in different levels of specificities and situations that overcome the disparities between men and women, however, these workers consolidate the production and the economical fabric in the countryside with their workforce. The texts end up highlighting the discourse aspects of the rural woman's invisibility in labor relations. Thus, considering that women have historically been tutored by men, we aim, in this linguistic study, to understand the social constraints that perpetuate the asymmetries and disparities in working relationships between genders which naturalize the idea of lower positions and, sometimes, invisible to women, in the productive and economic relationships, in the countryside.

Key words: Discourse. Invisibility of rural women. Female rural workers.

¹ ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1021-9626>.

Do contexto sócio-histórico ao texto

Desde as sociedades mais antigas, a definição dos papéis sociais entre homens e mulheres reservou espaços bem definidos entre os gêneros na sociedade. Enquanto reservou os espaços externos para os homens, encarcerou as mulheres aos espaços internos.

Historicamente, a chamada “relação social do trabalho” consolidou discursos que ainda circulam na sociedade contemporânea, replicando um modelo de tutela masculina sobre o feminino, (re)afirmando, cotidianamente, os lugares que a mulher pode e deve ocupar na sociedade. É notável, porém, o percurso percorrido pelas mulheres em busca de equidade de direitos entre os gêneros, carregando nos ombros os efeitos de práticas discursivas oriundas de discursos que desmerecem e desqualificam seu trabalho em diversas esferas.

Desta forma, desconstruindo discursos solidificados ao longo da história, as mulheres desenham novos espaços nas relações sociais de trabalho. Considerando a força dos discursos machistas que circulam na sociedade, fortes e retumbantes avanços foram e são conquistados nas esferas dos direitos sociais e profissionais, o que proporcionou, na contemporaneidade, a presença mais forte e constante da mulher no mercado de trabalho e em alguns casos, em cargos e postos de trabalhos de liderança, muitos deles, apenas ocupados e considerados socialmente “lugares sociais” do homem.

Ainda hoje é possível perceber que, mesmo com um significativo avanço no quesito profissional e nas políticas voltadas à equidade de gênero, há muitos entraves quanto à ocupação dos cargos de chefia por mulheres em vários setores da economia (VELOSO; ALBUQUERQUE; MESQUITA, 2019, p. 135).

A invisibilidade das mulheres nas relações de trabalho, que desconsidera a presença e o trabalho feminino é uma prática que perdura no tempo e que se projeta no futuro. É resultado de uma rede de discursos que circulam na sociedade cerceando os espaços que o feminino pode e deve circular, não deixando o feminino emergir profissionalmente.

Paralelamente a essas lutas, está o movimento feminista que opera nas mulheres a necessidade de emancipação. Segundo Christo (2010, online):

Emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Corresponde à busca de igualdade. Libertar-se é querer ir mais adiante, marcar a diferença, realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente, dotado de plenitude humana e tão sujeito frente ao homem quanto o homem frente à mulher.

O feminismo, desta forma, busca estabelecer uma ruptura com um sistema patriarcal, constituído de uma cultura machista que silencia e coage as mulheres ao redor do mundo e que compreende a igualdade de direitos entre os gêneros “como a busca pela inserção numa universalidade que não é neutra [pois] já está preenchida com as características do masculino” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 64).

Como resultado dessa compreensão do dominante, as assimetrias vão se ampliando ou diminuindo de acordo com os espaços em que essas mulheres vivem e circulam. Os espaços mais afastados das grandes capitais, como o campo, por exemplo, reservam e preservam, com mais intensidade a desigualdade entre homens e mulheres, já que os espaços rurais (re)produzem, com mais força, um discurso que apaga algumas mulheres nas relações de trabalho rural, fazendo das agricultoras familiares e das proletárias, as mais invisibilizadas nessas relações.

Essa invisibilidade, que persiste até os dias atuais, é também fruto da delimitação dos espaços e papéis sociais reservados às mulheres. Cerceamentos que abriram grandes fissuras na sociedade e que permanecem sendo replicados até os dias atuais, promovendo e alimentando o apagamento da mulher nas relações de trabalho. A trabalhadora agrícola é um exemplo da invisibilidade dessa mulher nas relações produtivas e econômicas no trabalho contemporâneo.

Essa, porém, não é a realidade de todas as mulheres que vivem e trabalham no campo. Na realidade rural, as mulheres se enquadram em diferentes situações que, conforme mencionado, reduzem ou ampliam as desigualdades no campo. Considerando-se a questão da distribuição de terras, que se configura o meio fundamental de produção no campo, as mulheres podem ser divididas em grandes proprietárias de terras, médias proprietárias e agricultoras familiares e proletárias, que representam o grande número de mulheres do campo.

Longe de ser um retrato exclusivo da realidade brasileira, a mulher de baixa renda e escolaridade que sobrevive do trabalho no campo sofre com a discriminação e dificuldades impostas em relação ao acesso a terra, créditos e insumos agrícolas. A problemática inicia-se nas

relações de gênero e perpassa o cerne do processo produtivo (RODRIGUES, 2012, p. 7).

Considerando que “o jornalismo constrói suas narrativas tomando como base principalmente o discurso tecido pelos envolvidos” (LAGO, 2014, p. 182) o *corpus* de análise, objeto desta pesquisa, recai sobre dois artigos de opinião intitulados: **Políticas Inovadoras para as mulheres rurais** e **Estratégias para melhorar a situação das mulheres rurais**, veiculados no jornal impresso Folha de São Paulo.

Para proceder às análises, assumiremos os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa que, de acordo com Gregolin (2003, p. 25): “[...] confluem a língua, o sujeito e a história”, e que nos fornecerão subsídios para construir um percurso analítico sobre o apagamento da mulher trabalhadora rural e como os discursos que circulam no campo naturalizam esse apagamento nas relações de trabalho. É sobre os discursos que afetam essa mulher, a agricultora familiar e a proletária, que buscaremos compreender como se processam os mecanismos de invisibilidade da trabalhadora agrícola das relações produtivas e econômicas no campo.

A partir dessas indagações, buscaremos inicialmente recuperar a noção de discurso de Foucault (2008), visando compreender de que modo os discursos presentes na sociedade podem contribuir para a circulação de estereótipos sobre os sujeitos em sua atividade de trabalho.

O lugar da produção e da economia, na esfera do trabalho rural, ainda continua reservado ao homem, o que replica um modelo histórico de divisão de trabalho entre os gêneros que o coloca, discursivamente, no centro do processo produtivo e econômico. São relações sociais e históricas, fortemente marcadas pela cultura em que os “valores ligados à manutenção dos papéis socialmente definidos para os membros da família com base em relações, principalmente, geracionais e de gênero” (SANTOS, 2016, p. 333) ainda predominam.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é construir um percurso analítico sobre os discursos que circulam nas zonas rurais, sobre a mulher agricultora e verificar como esses discursos naturalizam a invisibilidade da mulher nas relações de trabalho contemporâneo, excluindo-as discursivamente das relações produtivas e econômicas a que estão inseridas.

A mulher nas relações de trabalho: a trabalhadora agrícola

Em linhas muito gerais, as relações de trabalho, assim como sua divisão entre homens e mulheres, foram se construindo ao passo em que as civilizações se organizavam e se formavam. Uchoa (2016, p. 122) explica que:

Nos tempos antigos, a sobrevivência das famílias dependia da distribuição das tarefas que cada membro devia cumprir. Essa distribuição se realizava com base nas qualidades ou habilidades físicas de cada pessoa. Dessa forma, as mulheres foram incumbidas de serem mães a tempo completo, enquanto os homens deveriam aventurar-se fora das paredes das cavernas para buscar o sustento das famílias.

Souza e Guedes (2016) chamaram de “relação social de sexo” a divisão social de papéis que criaram e delimitaram funções bem marcadas para o homem e para a mulher na sociedade. Essa divisão do trabalho levou em consideração a constituição biológica dos gêneros e a partir dessa observação delimitou os espaços que cada um deveria assumir dentro das civilizações.

Ao homem coube assumir o lugar de provedor da família, lugar que lhe legitimava a transitar fora de casa e lhe conferia o traquejo social na política e nos negócios. A mulher ficou relegada à procriação, a função e obrigação de aumentar e cuidar da família. Sua função era cuidar dos filhos, da casa e do marido, ou seja, a questão biológica da procriação aprisionou a mulher a ser mãe e esposa em tempo integral.

De acordo com Soares (2019, p. 30), “o ponto de partida da segregação ocupacional entre homens e mulheres, no mercado de trabalho, ocorre no momento em que se produz uma divisão social do trabalho entre a esfera produtiva, atribuída aos homens, e a esfera doméstica, atribuída às mulheres”.

Esse modelo de divisão do trabalho está dividido em dois: o público e o privado, espaço masculino e feminino, respectivamente. Essa dupla divisão fomentou sentidos históricos de que “as atividades masculinas eram consideradas dignas de glória e imortalidade” (LODI, 2006, p. 150). Ao considerar-se o trabalho masculino um trabalho de maior prestígio, conseqüentemente, o feminino era invisibilizado, pois se considerava natural do sexo feminino realizar tarefas (não trabalho) no espaço privado do lar.

O advento da Primeira Guerra Mundial impulsionou, de certa forma, a entrada da mulher no mercado de trabalho. À época, muitos homens foram convocados para as frentes de batalhas e as fábricas começaram a sofrer com a ausência da mão de obra masculina. A Segunda Guerra Mundial e, na sequência, o processo de industrialização e urbanização deram continuidade ao ingresso da mulher no mercado de trabalho formal. No momento em que os homens estavam na guerra, tornou-se interessante que elas assumissem algumas funções dentro das fábricas que, por sua vez, ofereciam salários mais baixos sob o pretexto de que as mulheres não representavam uma mão de obra especializada.

Logo se percebe a tutela masculina agindo sobre o feminino, delimitando o que a mulher pode realizar fora dos espaços privados do lar, assim como a remuneração que ela merecia receber. A mão de obra não especializada retoma o trabalho realizado no lar, sem remuneração, nem reconhecimento e se replica nos espaços de trabalho. É neste momento que “o capital transita entre os gêneros masculino e feminino, evidenciando as discriminações que ocorrem, tanto com o intuito de “encontrar a mão-de-obra ideal”, como de “sexualizar ou generificar” as ocupações” (LODI, 2006, p. 151. Grifos do autor).

Os efeitos de apropriação da força de trabalho feminino passam pelo capitalismo, que foi propulsor da histórica inserção da mulher no mercado de trabalho. Essa inserção, porém, consolidou a exploração da mulher fora do lar, onde ela passou a ser explorada, no ambiente público, por seu empregador.

A AD e as reflexões de Foucault sobre o discurso

A fim de compreendermos o funcionamento do discurso na materialidade do texto **Políticas inovadoras para mulheres rurais e Estratégias para melhorar a situação das mulheres rurais** recorreremos à Análise do Discurso – AD que considera a língua, a história e o sujeito. Neste sentido, a AD pode fornecer elementos para a construção de um percurso histórico sobre a mulher rural, já que a mesma, segundo Orlandi (2007) observa o homem falando.

A Análise do Discurso nasce na França, no final da década de 1960, em um período de crises sociais e insatisfação política e intelectual, que ajudaram a compor o cenário que serve de papel de fundo para a constituição da Análise do Discurso como disciplina. Tendo Pêcheux como seu principal articulador, o seu projeto,

dispunha-se a propor uma disciplina que projetasse uma estratégia de leitura política dos discursos que emergiam na época, objetivando observar as mudanças sociais, políticas, ideológicas e as mudanças no campo intelectual, repensando o estruturalismo, que estava no auge.

A Análise do Discurso, desde sua irrupção, estabelece uma ruptura com os paradigmas da época, e resgata o sujeito do esquecimento proporcionado pelo estruturalismo, trazendo-o para o centro do novo cenário que se desenhava. A consideração do sujeito foi um dos movimentos mais importantes do projeto de Michel Pêcheux, pois, de acordo com Ferreira (2010, p. 19), “[...] importava normatizar o sujeito, já que era visto como o elemento suscetível de perturbar a análise do objeto científico, que deveria corresponder a uma língua objetivada, padronizada”.

É então neste processo que Michel Pêcheux delimita o discurso como o objeto de estudo da Análise do Discurso. A delimitação do discurso para a linguística faz com que os conceitos de língua, história e sujeito, abandonados pelo estruturalismo, sejam repensados e revistos.

De acordo com Baronas (2011), o objetivo de Pêcheux era criar uma disciplina que fosse capaz de propiciar a articulação da Linguística, do Materialismo e da Psicanálise e, para isso, elencou o discurso como seu objeto de estudo. Assim, segundo Gregolin (2001, p. 13),

[...] empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos, simultaneamente.

De acordo com Orlandi (2007), a articulação das três áreas do conhecimento, desde a sua constituição, não fez com que a Análise do Discurso permanecesse inerte à Teoria Marxista tampouco à Psicanálise, comportando-se de modo servil. Ela interroga a Linguística pela historicidade e trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente. Ao considerar a relação existente entre história e sociedade com a linguagem, a Análise do Discurso busca compreender os processos de produção de sentidos que emergem dos discursos. Esses sentidos, que são históricos, estão umbilicalmente ligados ao interdiscurso e às condições de produção que possibilitam os efeitos de sentido.

A partir da conceituação de discurso, de Foucault, n' **A Arqueologia do saber**, compreendemos que enunciado e discurso têm uma estreita relação: sempre que se toca em um, esbarra-se no outro. O discurso está sempre relacionado à concepção de enunciado, isso se dá porque o enunciado faz parte ou compreende a massa de que está formado o discurso. Assim sendo, para Foucault (2008, p. 132), o discurso se refere a um conjunto de enunciados inscritos em um mesmo campo do saber, como explica: “[...] chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva”.

Para que o discurso exista, precisa do enunciado que, por sua vez, está obrigatoriamente relacionado à uma formação discursiva correspondente, isto é, existe uma relação de dependência constitutiva entre os três conceitos (discurso – enunciado – formação discursiva).

Para Gregolin (2006, p. 95), “[...] o conceito foucaultiano de discurso pressupõe, necessariamente, à ideia de “prática””, de modo que, analisar o discurso sob as reflexões de Foucault é analisar a(s) prática(s) discursiva(s). A metodologia de observação das práticas discursivas, proposta pelo autor, pretende verificar como se formam os objetos em seu interior, quando a língua e outras práticas do campo social entram em contato. Por prática discursiva se compreende, na **Arqueologia** “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço” [que, em contato com práticas] “[...] da área social, econômica, geográfica ou linguística” (FOUCAULT, 2008, p. 133) fazendo emergir novos objetos.

Quando observamos, no corpus selecionado, enunciados como “ela não tem responsabilidades econômicas” e “ela ajuda nas tarefas do campo”, é possível compreender que esta prática discursiva não é apenas voltada aos espaços de trabalho no campo, mas é uma prática que se desloca do ambiente familiar e se replica nas relações de trabalho, já que a roça é vista como extensão do lar. Assim, o lugar de produção de discurso/sentido é um lugar privado, o do lar. Esta compreensão se dá porque, historicamente, reconhecemos que há um modo de enunciar próprio deste lugar, que legitima determinados saberes e faz emergir objetos específicos de dizer, e os faz circular. Reconhecendo o lugar de que provêm os dizeres, debruçamo-nos analiticamente sobre os sentidos que circulam a partir dessa legitimação.

Assim, o discurso:

[...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência [...] é, de parte a parte, histórico-fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

O discurso é história e, segundo Fernandes (2012), é nela que os objetos do discurso encontram o lugar e as leis de sua emergência. Por estarem ancorados na descontinuidade, na dispersão histórica, estão, ao mesmo tempo, em constante formação, mas também em constante transformação.

A invisibilidade da mulher rural no campo: um percurso de análise sobre a trabalhadora agricultora

Nas zonas rurais do país a presença da mulher como trabalhadora na/da agricultura é, apesar de sua importância na produção e manutenção da economia familiar, invisibilizada nas relações produtivas e econômicas, mesmo protagonizando o trabalho e “se destacando em diferentes etapas do processo produtivo de alimentos e outras atividades relacionadas à geração de renda e desenvolvimento econômico social no campo” (BRASIL, 2019, online).

Assim, são caracterizadas por Otelo (2018, p. 5A) como mulheres que:

não só cumprem um papel fundamental nos lares, mas também têm peso elevado nas tarefas produtivas [...], são corresponsáveis pelo desenvolvimento produtivo e garantem a estabilidade e sobrevivência de suas famílias. Mulheres e trabalhadoras que no meio rural [...] continuam a ser as principais encarregadas dos cuidados com os filhos e a casa, de preparar as refeições e de conseguir a lenha e a água.

Este é o conteúdo que flutua na superfície dos artigos **Políticas inovadoras para mulheres rurais** e **Estratégias para melhorar a situação das mulheres rurais**, veiculados em: 15 de outubro de 2018, em razão do dia internacional na mulher rural; e, em 16 de março de 2020, respectivamente, no caderno Tendências/Debates do Jornal A Folha de São Paulo, seção esta que publica artigos que estimulem o debate dos problemas brasileiros e mundiais, assim como refletir sobre tendências do pensamento contemporâneo. Neles, o autor tira da invisibilidade a trabalhadora rural ao deixar em relevo mecanismos que sustentam a invisibilidade de mulheres rurais, trabalhadoras agrícolas no campo.

De acordo com Flávia Lima, ombudsman da Folha de São Paulo, desde 1976, quando a seção foi criada, o objetivo era atrair intelectuais que reportaram violações dos direitos humanos. Atualmente, afirma Lima (2019, online), “o Tendências/Debates funciona como uma janela para expor interesses em conflito”.

Apesar do veículo onde os textos foram publicados afirmar que os artigos não traduzem a opinião do jornal, o lugar institucional de onde emergem os dizeres de Otelo como diretor-geral do IICA e a Folha de São Paulo, sendo veículo de circulação desses dizeres, confere legitimidade para acender os holofotes sobre a invisibilidade da trabalhadora rural, fazendo um recorte que coloca em evidência a mulher trabalhadora agrícola, aquelas que, em maior quantidade nas zonas rurais, possuem pequenas parcelas de terras, trabalham como agricultoras familiar ou como proletárias na agricultura para os grandes ou médios proprietários de terras para prover subsistência de sua família. Conforme afirma Otelo (2020, p. 3A), “na América Latina e no Caribe vivem 60 milhões de mulheres rurais, das quais 17 milhões estão registradas como economicamente ativas e apenas 4,5 são consideradas produtoras agrícolas”.

Retomando Foucault (2008, p. 133), os discursos que emergem na sociedade são fragmentos “de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade”. Assim sendo, certos discursos acabam por conservar nas áreas rurais dizeres relacionados ao trabalho feminino, sustentando a invisibilidade da mulher nas relações produtivas e econômicas no campo, opacificando sua capacidade produtiva.

A centralidade da figura masculina nas relações de produção coloca homens na esfera produtiva e mulheres na esfera reprodutiva, reafirmando papéis sociais baseados na identidade de gênero socialmente atribuída ao feminino (SANTOS, 2016, p. 334). Esse modelo é discursivamente forte nas áreas rurais, onde a produção e manutenção da economia é discursivizada como masculina e o trabalho no campo entendido como extensão do lar, ou seja, um trabalho que se realiza no quintal de casa, dessa forma, trabalho naturalmente feminino e, conseqüentemente, sem remuneração.

Já que no campo, as mulheres sempre estiveram, mais que nos grandes centros urbanos, presas discursivamente à sombra dos homens como “a esposa do

produtor” ou uma “ajudante”, relegando-as a um papel subordinado” (OTELO, 2020, p. 3A, grifos do autor). Enunciados como “ela ajuda nas tarefas do campo” e “ela não tem responsabilidades econômicas” (OTELO, 2018, p. 5A) reforçam as desigualdades entre os gêneros nas relações de trabalho no campo.

Nesses enunciados se veem a tutela do homem sobre a mulher materializada na linguagem, já que evidenciam a presença feminina no trabalho, porém a afasta da manutenção econômica deste, ou seja, o produto do trabalho feminino é discursivizado como masculino, já que, discursivamente, ao homem foi reservada a responsabilidade da manutenção da economia e a subsistência familiar. Desta forma, toda a discursivização do trabalho realizado no campo recai sempre sobre o homem, mesmo quando ele não é o único responsável por ela, naturalizando a exploração e dominação sobre o feminino.

De acordo com Piovezani, Curcino, Sargentini (2011, p. 8-9), os enunciados são “sempre produto de relações sociais, de consensos e dos conflitos que ocorrem na história e que se materializam de modo privilegiado na linguagem”.

Assim, esses enunciados, além de produto do machismo e dizeres que cerceiam a condição da mulher no campo, são práticas sociais ancoradas no discurso machista que naturalizam a depreciação do trabalho feminino, colocando-a na condição de sempre estar à sombra de um homem, seja seu pai, marido, companheiro, chefe etc., mesmo quando ela desempenha os mesmos papéis no trabalho rural.

A tutela masculina replica, então, um modelo de dominação histórica do masculino sobre o feminino que continua presente, em maior ou menor medida, principalmente, nos espaços sociais do trabalho, já que historicamente os espaços públicos, sempre estiveram reservados aos homens. Quando as mulheres ingressam no mercado de trabalho a tutela masculina se expande e essa mulher passa a ser tutelada, além do pai e do marido, também pelo empregador, assim sendo, a mulher apenas ingressa no mercado de trabalho, quando o masculino lhe concedeu permissão para ocupar alguns espaços externos.

Contudo, ao excluir a mulher rural das relações econômicas e produtivas se reforça a naturalização dos papéis assimétricos entre os gêneros, colaborando discursivamente para a consolidação de tais discriminações e coerções sociais que as tornam visíveis no fazer e invisíveis no reconhecer, ou seja, na atribuição do valor,

já que esse discurso compreende que a roça é extensão da casa, e o carpir, o plantar e o colher são atribuições dos afazeres domésticos, portanto, o trabalho ali realizado é privado, ou seja, da ordem do feminino.

No dizer de Otelo (2018, p. 5A), outro fator acaba por sustentar a invisibilidade da mulher nas relações produtivas e econômicas no campo: o feminismo, que apesar de ser um movimento de grandes proporções que está percorrendo o mundo, “tornando visível um enorme problema: a discriminação das mulheres”, se mostra ineficiente ao questionar a eficácia do feminismo quando expõe uma fissura afirmando que o movimento Feminista se reserva aos espaços urbanos enquanto outras mulheres, como as rurais, por exemplo, permanecem indiferentes ao movimento. Segundo o autor, o feminismo “trata-se de um movimento essencialmente urbano que, entretanto, também se apresenta nos territórios rurais, onde as mulheres estão em dupla desvantagem: diante dos homens que vivem no campo e das mulheres urbanas” (OTELO, 2018, p. 5A).

O “movimento de grandes proporções” de que fala Otelo (2018, p. 5A), o feminismo, é discursivizado como um movimento que ignora que no campo, mais que nas zonas urbanas, nas relações de gênero, as mulheres sofrem com a tutela do homem, e o sistema machista e patriarcal estabelece muito mais força e poder sobre elas.

Ao ignorar a configuração social e cultural das zonas mais rurais do país, esses movimentos, na fala de Otelo (2018, p. 5A), ignoram a dupla desvantagem que existe: “diante dos homens que vivem no campo e das mulheres urbanas”, acabando por deixar algumas mulheres pelo caminho, sujeitas a todo tipo de opressão e silenciamento frente à tutela masculina, o que faz emergir o discurso de ineficiência do feminismo. Contudo, para Berth (2018, p. 39), “o movimento feminista [...] acaba por reestruturar as bases iniciais para o entendimento e aplicabilidade, bem como para a detecção de fissuras e distorções que necessitavam de atenção”.

Diante da ausência dessa reestruturação que considera a interseccionalidade, Otelo (2018, p. 5A) intenciona lançar uma luz a essas mulheres, criando espaços de circulação de dizeres que proporcionem que os “progressos recentes de empoderamento das mulheres e a atenção ao tema da igualdade de gênero” alcance as zonas rurais do país. A Folha de São Paulo, então, se configura como um lugar institucional que legitima a circulação de determinados saberes, fazendo emergir

objetos específicos de dizer. O autor considera, então, que o feminismo apresenta algumas lacunas, mas o poder público, igualmente, não é capaz de preenchê-las.

Segundo Otelo (2018, p. 5A), “mudar essa realidade requer a formação de uma grande coalizão social transformadora, que estimule a adoção de políticas públicas sólidas e de longo prazo para beneficiar as mulheres rurais”, a fim de “neutralizar a discriminação”. Além de “conhecer a situação em que elas vivem todos os dias como produtoras, reprodutoras e integrantes de organizações” (OTELO, 2020, p. 3A). Para tal, lança mão de construir um sentimento democrático, quando afirma que “uma das obrigações das democracias modernas é a criação de mais e novos espaços para que as camadas discriminadas da população deixem de sofrer discriminação”, e reitera que para que essa transformação aconteça, é preciso “acender os refletores sobre essas questões” (OTELO, 2020, p. 3A).

Assim, para Otelo (2018, p. 5A), “no centro dessas políticas inovadoras e efetivas deve estar a criação de incentivos para as mulheres desenvolverem novas ideias em seus lugares de origem” e “políticas sólidas, programas e ações afirmativas [...] uma grande coalizão social capaz de sensibilizar sobre um aspecto crucial para o mundo moderno”.

“Políticas públicas sólidas, programas e ações afirmativas que incorporem o enfoque de gênero ao âmbito rural requerem também, juntamente com estratégias adequadas, uma grande coalizão social capaz de sensibilizar sobre um aspecto crucial para o mundo moderno” (OTELO, 2020, p. 3A).

O sintagma “inovador”, que atrela inovação a dar voz, no contexto dessas mulheres silenciadas, adquire uma semântica que revela uma engenharia completa de invisibilidade. Apaga-se a mulher das relações discursivas de manutenção da economia quando se enuncia “elas não têm responsabilidades econômicas” (Otelo, 2018, p. 5A) e silencia a sua voz com enunciados como “ela ajuda nas tarefas do campo”, concretizando cotidianamente uma estrutura de trabalho, produção e lucro, unicamente masculina, ou seja, formata-se assim um modelo de invisibilidade completa do sujeito mulher rural e trabalhadora agrícola.

Toda essa maquinaria que resulta na invisibilidade da mulher rural afeta em grande medida a produção de alimentos, já que essas trabalhadoras representam, segundo Otelo (2020, p. 3A), “43% da mão de obra agrícola do planeta”, ou seja, são responsáveis por quase metade do todo alimento produzido no mundo. A

discursivização dessa mulher rural, trabalhadora agrícola toca em questões sensíveis sobre a segurança e a produção alimentar em territórios rurais.

Considerações finais

A irrupção dos artigos de opinião assinados pelo Diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Manuel Otelo, e veiculados no caderno Tendência/Debates do jornal impresso Folha de São Paulo, em 15 de outubro de 2018 e 16 de março de 2020, respectivamente, intitulados **Políticas Inovadoras para mulheres rurais** e **Estratégias para melhorar a situação das mulheres rurais**, deixam em descoberto espaços sociais em que o machismo e o patriarcado ainda emudecem e invisibilizam as mulheres, ignorando seu lugar, seu trabalho e sua voz, impossibilitando o crescimento da produção e da segurança alimentar empreendidos por estas no mundo, e problematiza a invisibilidade da mulher rural, trabalhadora agrícola, evidenciando fissuras presentes no movimento feminista, assim como a ineficiência dos governos em tratar o assunto.

Nas relações de trabalho rurais a força de trabalho dessas mulheres é, apesar da importância e força, apagada sob dizeres que afirmam que “elas não têm responsabilidades econômicas”, já que essas responsabilidades são, discursivamente, responsabilidades masculinas. Como o trabalho que é digno de retribuição financeira é realizado historicamente por homens e fora do ambiente do lar, o trabalho feminino, realizado nos espaços internos da casa, extensivo ao quintal, a roça etc., é, então, considerado como afazeres domésticos.

Assim como a tutela dos espaços externos, ou seja, do âmbito do trabalho, é do homem, ele compreende e discursiviza o trabalho feminino como “ajuda”, apagando-a das relações produtivas e econômicas no campo através de enunciados como “ela ajuda nas tarefas do campo” e “ela não tem responsabilidades econômicas”, que as deixa sempre à sombra do masculino, do pai, do marido e do agricultor.

Amparados pelas reflexões de Foucault (2013), compreendemos que os discursos que circulam na sociedade não são livres, e que a produção desses discursos é regulamentada, selecionada e sistematizada de modo a circular de acordo com determinados procedimentos. As condições sócio-históricas e as instituições regulam os discursos de forma que possibilitam ou interditam seu aparecimento na sociedade, definindo o que pode ou não ser dito em determinado momento e lugar.

Assim, no campo, os dizeres masculinos amparados no machismo e no patriarcado regulam o que pode e o que não pode circular nos espaços rurais, replicando um discurso que invisibiliza a mulher trabalhadora rural das relações produtivas e econômicas, e de onde não se ouve ecoar discursos dissonantes sobre a questão da mulher no trabalho.

O artigo de Otelo (2018, p. 5A) então, deixa entrever que “a sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFIOTTI, 1988, p. 8). No campo, mais que nas cidades, as mulheres são coagidas e impelidas a manter-se sob a tutela do masculino que implica adequação a um modelo cultural e historicamente constituído, em que o homem está no topo de todas as relações sociais. A tutela masculina no campo decorre de uma engenharia social que se fortalece cotidianamente, replicando os modelos instaurados desde o início das civilizações e mantém o homem livre e a mulher presa aos discursos que a subjagam.

Dizeres que reforçam a “ajuda” ao invés do “trabalho” e que reafirmam que a responsabilidade econômica é do homem, enquanto a mulher trabalha na roça e promove a manutenção econômica parcial ou total da família, são elementos que reforçam a invisibilidade que se processa nesses espaços, além de impelir a produção e a segurança alimentar que corre a cabo dessas trabalhadoras.

Considerando que a única voz que ecoa nas zonas rurais é a voz do machismo e do patriarcado, os dizeres de Otelo (2018, 2020) deixa entrever que outras vozes como as governamentais, na figura de políticas públicas e as do feminismo, precisam alcançar estes lugares, desconstruindo discursos sedimentados nas áreas rurais sobre as trabalhadoras agrícolas.

Esperamos que este estudo sirva como um pequeno feixe de luz na composição desse refletor que precisa ser aceso para tirar as mulheres da invisibilidade, suprimindo as discriminações sofridas por essas mulheres em todas as relações sociais em que elas estejam inseridas.

Referência

BARONAS, R. L. **Ensaio em Análise do Discurso**: Questões analítico-teóricas. São Carlos: EDUFSCAR, 2011, p. 158.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Mulheres Rurais se destacam em diferentes atividades e buscam acesso a direitos. 2019, online. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/noticias/mulheres-rurais-se-destacam-em-diferentes-atividades-e-buscam-visibilidade-para-seus-direitos>>. Acesso em 14 mai. 2020.

BERTH, J. **O que é empoderamento**. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p, 112.

CHRISTO, C. A. Marcas de Batom. *In.*: **Revista Caros Amigos**, ano V, n. 54. 2010. p. 16-17. Disponível em: <<https://segundo.wordpress.com/2010/11/21/marcas-de-batom-partei/>>. Acesso em 22 abr. 2020.

FERNANDES, C. A. **Discurso e Sujeito em Michel Foucault**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2012, p. 106.

FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trata do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 17-34, jan./jun. 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 238.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. *In.*: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. (Org.). **Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas** Uberlândia: EDUFU, 2003, p. 21-24.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. 3. ed. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 131.

_____. 1995. Análise do discurso: conceitos de Aplicações. *In.*: **Revista Alfa**, v. 1, n. 39, 1995, p. 13-21.

LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do “Outro” no jornalismo. *In.*: **Brazilian Journalism Research – Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo (SBPJor)**, v. 11, n. 2, 2014.

LIMA, F. Explicando o Tendências/Debates. *In.*: **Folha de São Paulo**. São Paulo. Caderno Tendências e Debates. 15 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/09/explicando-o-tendencias-debates.shtml>>. Acesso em 01 mai. 2019.

LODI, O. A mulher e as relações de trabalho. **Ciências Sociais em Perspectiva** (5) 9, 2006, p. 149-160.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo, Boitempo, p. 2014. 215.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007, p. 100.

OTELO, M. Estratégias para melhorar a situação das mulheres rurais. *In.*: **Folha de São Paulo**, Caderno Tendências e Debates, nº. 33.220. 16 mar. de 2020.

OTELO, M. Políticas Inovadoras para Mulheres Rurais. *In.*: **Folha de São Paulo**, São Paulo. Caderno Tendências e Debates, nº. 32.702. 15 out. de 2018.

PIOVEZANI FILHO, C. F.; CURSINO, L.; SARGENTINI, V. M. O. **Discurso, semiologia e história**. 1. ed. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 292.

RODRIGUES, P. Os desafios e a superação da mulher na agricultura. *In.*: **Hortaliças em Revista**. EMBRAPA, ano I, N. 1, 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355126/2250572/revista_ed1.pdf/6003f98a-1c32-4293-a328-6f41c5e0e2b5>. Acesso em 15 dez. 2019.

SAFFIOTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 1988, p. 134.

SANTOS, N. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. *In.*: **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, Número Especial, p. 331-337, nov. 2016.

SOARES, A. Quando menina veste azul e menino veste rosa. *In.*: **Revista USP**, São Paulo, n. 122, p. 27-40, 2019.

SOUZA, L. P. de; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *In.*: **Revista Estudos Avançados**, v. 30 n. 87, p. 123-139, 2016.

UCHOA, M. R. **Mulher e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: LTR80, 2016, p. 272.

VELOSO, A.; ALBUQUERQUE, R.; MESQUITA, G. A reprodução da divisão sexual de trabalho nos grupos de mídia: breve análise da situação profissional das mulheres no jornalismo. *In.*: **Revista Ancora**, João Pessoa, v. 6, n.2, p. 133-159, jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ancora/article/view/49577/28789>>; Acesso em 30 mar. 2020.

Recebido em 24 de agosto de 2020
Aprovado em 30 de outubro de 2020